

ACNUR BRASIL

RESPOSTA À COVID-19

AGOSTO 2020



Menina venezuelana se serve de água potável no abrigo Alfredo Nascimento em Manaus. Foto: ACNUR/Felipe Irmaldo.

CONTEXTO OPERACIONAL

No dia 31 de agosto, o Brasil registrava 3.910.901 casos confirmados e 121.515 mortes por COVID-19.

As fronteiras permanecem fechadas desde meados de março devido à pandemia da COVID-19, inclusive para indivíduos vindos da Venezuela, com apenas poucas entradas e saídas irregulares relatadas. Para venezuelanas e venezuelanos que já estavam no Brasil, a validade da documentação que permite permanência legal foi estendida até o final da emergência. As restrições de entrada para estrangeiros foram estendidas até o final de setembro com a aprovação da [Portaria nº 419/2020](#), publicada no dia 26 de agosto. As medidas mantêm-se iguais às das portarias anteriores, inclusive as restrições ao ingresso de cidadãos venezuelanos por via terrestre ou marítima, independentemente de sua condição migratória. A entrada por via aérea agora é permitida e os estrangeiros deverão apresentar seguro saúde e visto, caso este seja exigido pela Lei Migratória brasileira. De acordo com a Portaria, o não cumprimento das restrições de entrada pode levar à deportação e desqualificação das solicitações de refúgio.

Conforme relatado anteriormente, após a declaração do Estado de Emergência pelo Governo Federal, os governadores estaduais adotaram uma série de medidas para impedir a propagação do vírus, e algumas cidades tiveram que adotar o bloqueio total (lockdown). No entanto, desde junho, diversas cidades iniciaram um processo de reabertura gradual, o que causou um novo aumento de casos em vários locais.

Muitos refugiados e migrantes venezuelanos estão sendo severamente afetados pela crise, chegando a perder seus meios de subsistência, e lutando para atender às suas necessidades mais básicas como abrigo e comida, incluindo os quatro mil venezuelanos indígenas de diferentes etnias (Warao, Eñepa e Pemón). Refugiados e migrantes venezuelanos continuam a ter acesso a serviços nacionais de saúde e medidas de auxílio econômico como parte da resposta da COVID-19. No entanto, à medida que a crise da COVID-19 avança, a capacidade do sistema de saúde pública de responder às necessidades da população fica ainda

mais tensa, afetando não apenas as pessoas infectadas pelo coronavírus, mas também as pessoas que precisam de outros serviços de saúde.

Em agosto, o Governo Federal pagou a quinta parcela do auxílio econômico emergencial mensal de R\$ 600,00 estabelecido desde abril para trabalhadores informais, independentemente de sua nacionalidade, a fim de aliviar o impacto econômico da situação da COVID-19 em até a três meses. No final junho, o Governo Federal anunciou a prorrogação da concessão por mais dois meses e agora, em agosto, estuda a viabilidade de estender até o final do ano, analisando possíveis adaptações.

Para atender a possíveis casos confirmados de COVID-19, a Operação Acolhida desenvolveu um plano de contingência em parceria com o ACNUR e outros atores em Roraima e Amazonas, incluindo o estabelecimento de um hospital de campanha em Boa Vista (Área de Proteção e Cuidados - APC), com capacidade para receber até 1.782 venezuelanos e membros da comunidade de acolhida. Instalações adicionais de isolamento também foram estabelecidas na cidade de Manaus.

As restrições de entrada para estrangeiros foram estendidas até o final de setembro com a aprovação da [Portaria nº 419/2020](#), publicada no dia 26 de agosto. As medidas mantêm-se iguais às das portarias anteriores, inclusive as restrições ao ingresso de cidadãos venezuelanos por via terrestre ou marítima, independentemente de sua condição migratória. A entrada por via aérea agora é permitida e os estrangeiros deverão apresentar seguro saúde e visto, caso este seja exigido pela Lei Migratória brasileira. De acordo com a Portaria, o não cumprimento das restrições de entrada pode levar à deportação e desqualificação das solicitações de refúgio.

Em 28 de agosto, o Governo do Brasil reconheceu a condição de refugiados de 7.787 pessoas venezuelanas e 161 indivíduos de outras nacionalidades, totalizando mais de 55.000 pessoas com sua condição de refugiado formalmente reconhecida. Com essas decisões sobre os venezuelanos, que fazem parte do procedimento *prima facie* simplificado adotado pelo Comitê Nacional para Refugiados (CONARE), o Brasil já tem cerca de 46 mil venezuelanos e venezuelanas reconhecidos em sua condição de refugiados - a maior população com esse perfil na América Latina. O procedimento *prima facie* foi prorrogado no final de agosto por mais 12 meses, levando em consideração as condições prevaletentes na Venezuela, em conformidade com a Declaração de Cartagena sobre Refugiados de 1984.

PRINCIPAIS RISCOS E LACUNAS

Transmissão comunitária: Centenas de refugiados e migrantes venezuelanos estão vivendo em ocupações informais em situações extremas, expostos a riscos crescentes de transmissão devido a condições inadequadas de WASH. Além disso, os refugiados e migrantes carecem de informações confiáveis sobre a COVID-19, sua transmissão, sintomas e formas eficazes de reduzir a exposição.

Colapso do sistema de saúde: Os sistemas de saúde em quase todo o país seguem em situação particularmente crítica, e enfrentam desafios na capacidade de resposta dos sistemas de saúde.

Impacto socioeconômico: Devido às medidas de distanciamento e isolamento, muitos refugiados e migrantes venezuelanos não puderam prosseguir com suas atividades econômicas e vêm perdendo sua fonte de renda.

Violência sexual e de gênero (VSG): A intensa convivência ocasionada pelo isolamento social, aliada à perda de meios de subsistência, pode gerar situações de inquietação, desconforto, aumento do estresse e, conseqüentemente, o aumento das incidências de violência de gênero em meninas e mulheres.

Acesso ao território: A Polícia Federal reduziu as operações e suspendeu a emissão regular ou renovação de autorizações de residência e certificados de solicitantes da condição de refugiados em decorrência da pandemia. A emissão de documentos atualmente é fornecida apenas para casos urgentes. Embora a validade dos documentos atuais tenha sido prorrogada pela Polícia Federal até o término da emergência sanitária, os documentos com prazo de validade vencido criam desafios para os indivíduos, pois nem sempre são aceitos pelos prestadores de serviços ou empregadores.

RESPOSTA DO ACNUR

Fortalecendo o abrigo e reforçando as respostas locais de saúde



Saúde: Desde a abertura da Área de Proteção e Cuidado (APC) em junho, 2.270 pessoas receberam assistência médica, incluindo pessoas da Venezuela, Cuba, Guiana, Cabo Verde, Bolívia, Haiti e também a comunidade local.

No contexto da pandemia de COVID-19, um programa assistência social incluindo refugiados e apátridas foi lançado no Rio Grande do Norte. A medida de emergência conhecida como “RN Chega Junto” foi aprovada pelo Governador do Estado em 4 de agosto (Decreto nº 29.889 / 2020) e deverá

responder às necessidades mais urgentes da população local durante a pandemia, fornecendo subsídios de aluguel, suporte nutricional e kits de higiene. O ACNUR defendeu o acesso a este benefício pessoas refugiadas, migrantes e apátridas, incluindo populações indígenas. Além disso, o ACNUR forneceu apoio técnico às autoridades ao estabelecer o programa, cujo componente de apoio ao aluguel é baseado na estratégia de assistência financeira do ACNUR, conhecida como CBI. Nos próximos meses, a iniciativa beneficiará cerca de 250 refugiados no Rio Grande do Norte, principalmente indígenas venezuelanos.

Para comemorar o Dia Internacional dos Povos Indígenas em 9 de agosto, os sites global e nacional do ACNUR publicaram a história de uma mulher venezuelana Warao que se recuperou da COVID-19 e de que forma os esforços do ACNUR estão contribuindo para a resposta no Brasil. A história está disponível em [inglês](#) e [português](#).

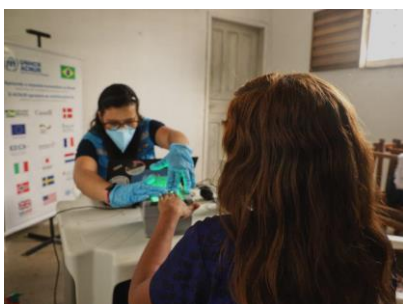
Abrigamento e necessidades básicas: De 11 a 24 de agosto, o ACNUR apoiou a realocação de 94 refugiados e migrantes da Venezuela, que viviam em condições de extrema vulnerabilidade nas ruas ou assentamentos precários, para vários abrigos da Operação Acolhida em Boa Vista e o novo abrigo Taruma-Açu em Manaus.

Com o objetivo de mapear melhor os abrigos e outros espaços que hospedam refugiados e migrantes e traçar o perfil dos beneficiários, o ACNUR divulgou o [Relatório Mensal de Roraima](#) referente ao mês de julho em Roraima e um [informativo sobre suas intervenções em Manaus](#). Ambos os relatórios destacam as atividades do ACNUR para responder à emergência do COVID-19 em Roraima e no Amazonas.



A montagem das 8 Unidades Habitacionais para Refugiados (RHUs) doadas pelo ACNUR à FUNPAPA para o abrigo Tapanã em Belém foi finalizada no dia 21 de agosto. Cinco dessas RHUs serão utilizadas para a escolarização de crianças pequenas (0-5 anos) e as outras três como escritórios para a equipe do abrigo. O ACNUR está apoiando a compra de móveis e ar-condicionados para as RHUs e está colaborando com a FUNPAPA no desenvolvimento de um plano de segurança contra incêndio.

Garantindo proteção e apoiando os processos de integração



Registro e documentação: Depois de servir temporariamente como área de isolamento para casos suspeitos de COVID-19, o Centro de Documentação e Interiorização de Manaus (PITRIG) retomou suas atividades no dia 3 de agosto. Nessa reabertura gradativa, com obrigatoriedade de cumprimento de medidas preventivas, o centro de triagem recebia cerca de 100 pessoas por dia. Para atender ao crescente número de refugiados e migrantes que buscam documentação no Espaço de Apoio à Rodoviária (PRA) de Manaus, o ACNUR continua realizando triagens prioritárias de refugiados e migrantes venezuelanos todas as manhãs para comprovar a pré-

documentação dos casos mais vulneráveis. Aproximadamente 180 pessoas buscam diariamente o acesso à documentação para o acesso aos serviços de saúde, às oportunidades de trabalho, ao subsídio emergencial do COVID19, ao processo de interiorização, entre outros.

Em Boa Vista, devido à pandemia do COVID-19, o centro de acolhimento (PITRIG) também opera com um número reduzido de atendimentos diários para refugiados e migrantes venezuelanos. Porém, mesmo durante o período mais crítico, o ACNUR continuou atuando neste PITRIG para receber e acompanhar os casos mais vulneráveis. Além da assistência regular prestada aos venezuelanos no PITRIG, em agosto a equipe de proteção do ACNUR auxiliou um grupo de 18 solicitantes da condição de refugiado do Sri Lanka na apresentação de pedidos de formalização de suas solicitações.

Como parte dos esforços para registrar e documentar refugiados e migrantes indígenas venezuelanos, em 11 de agosto cerca de 94% de todas as carteiras de identidade do abrigo indígena Pintolândia em Boa Vista foram substituídas por uma versão mais recente, que incluía uma foto individual. O ACNUR já emitiu documentos de identidade para quase todas as crianças indígenas menores de cinco anos, o que garantirá o acesso a serviços que salvam vidas durante a pandemia da COVID-19. Além disso, o ACNUR e a IOM conduziram em conjunto sessões de registro em comunidades indígenas em Pacaraima, alcançando 953 refugiados e migrantes indígenas venezuelanos. As atividades ocorreram nas quatro comunidades Pemon-Taurepang apoiadas pelo ACNUR (Tarau Paru, Sakaumota, Bananal e Sorocaima), resultando em 372 encaminhamentos de pessoas ao PITRIG (centro de acolhimento) para renovação da documentação.

O ACNUR também está avançando com a estratégia de proteção e integração de grupos indígenas Warao que vivem nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, e vai liderar grupos de trabalho envolvendo redes locais, incluindo atores federais, estaduais e municipais, bem como a sociedade civil, com o objetivo de estabelecer um plano de ação com foco na proteção e integração dos 80 Waraos residentes nessas cidades.

Integração: Em Boa Vista, mais de 500 refugiados e migrantes venezuelanos abrigados estão recebendo aulas de português desde o início de agosto. Todos os abrigos apoiados pelo ACNUR foram equipados com salas de aula onde o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) está realizando cursos de português de dois meses, em parceria com a AVSI e a Visão Mundial.



No dia 11 de agosto, o Município de São Paulo lançou o primeiro [Plano de Políticas Públicas para Refugiados e Migrantes](#) da cidade, em estreita colaboração com o ACNUR. O Plano, a ser implementado entre os anos de 2021 e 2024, está estruturado em oito eixos temáticos, delineando objetivos e indicadores-chave e designando pontos focais dentro das Secretarias responsáveis por sua implementação. O ACNUR apoiará a implementação do plano, incluindo sua divulgação em inglês e espanhol.

O [Boletim da Interiorização do ACNUR Brasil](#), referente ao mês de julho, também foi lançado este mês. O relatório destaca as várias atividades realizadas pelo ACNUR para apoiar a estratégia de interiorização voluntária do Governo Federal e seus beneficiários desde abril de 2018, quando foi iniciado.

Ampliando e adaptando estratégias de comunicação com as comunidades (CwC)



CwC: Em Boa Vista, o ACNUR e a SJMR disseminaram mensagens do WhatsApp sobre a prevenção da COVID-19 para 100 indivíduos Eñepa com o apoio de voluntários de uma comunidade indígena na ocupação espontânea Kaubanoko. Um exercício semelhante aconteceu no abrigo indígena Pintolândia, em colaboração com a organização parceira do ACNUR Fraternidade (FFHI) alcançando outro grupo de 50 Eñepas.

Em Manaus, mais de 1.100 refugiados e migrantes venezuelanos receberam informações sobre higiene pessoal e métodos de prevenção a COVID-19 por meio de ações de conscientização realizadas pelo ACNUR no PITRIG e no

Espaço de Apoio da Rodoviária (PRA). Além disso, a organização parceira do ACNUR, Fraternidade (FFHI),

realizou três sessões informativas para mais de 400 pessoas no Centro de Trânsito de Manaus (ATM) e 380 pessoas no Espaço de Apoio à Rodoviária (PRA).

Em Pacaraima, por meio dos quatro grupos do WhatsApp INFORMA-TE, a organização parceira do ACNUR AVSI compartilhou conteúdos informativos, alcançando aproximadamente 600 venezuelanos e 200 brasileiros. O material teve como foco a prevenção do COVID-19 e da malária.

No final de agosto, a [Plataforma HELP do ACNUR](#) registrava uma média de 6.000 sessões. Desse total, 73% foram novos visitantes.

Gênero e VGB: Em Roraima, em agosto, o ACNUR, em coordenação com a Secretaria do Trabalho e Previdência Social (SETRABES) e a AVSI, avançou com uma iniciativa de inserção laboral para a contratação de transexuais. Como resultado, cinco mulheres trans residentes no abrigo Latife Salomão receberam apoio durante os processos de recrutamento, das quais duas já foram empregadas.

No dia 14 de agosto, o ACNUR participou da campanha “*Quarentena sem Violência*”, em Boa Vista, com o objetivo de prevenir e combater a violência doméstica. A iniciativa, organizada pela Casa da Mulher Brasileira e apoiada pelo ACNUR, FNUAP e organização parceira AVSI, incluiu a doação e distribuição de kits com informações sobre serviços da rede local de apoio, máscaras faciais, preservativos e produtos de higiene pessoal para mulheres residentes em alguns dos os abrigos administrados pelo ACNUR e também algumas que passavam pela rua.

De 13 a 19 de agosto, o ACNUR Manaus, juntamente com seu parceiro Instituto Mana e membros da comunidade Warao, conduziram uma sessão informativa à comunidade sobre prevenção da COVID-19 em sua língua nativa, alcançando um total de 75 pessoas em quatro abrigos.

Podcast ACNUR Brasil: No dia 6 de agosto, o ACNUR em parceria com universidades da Cátedra Sérgio Vieira de Mello (CSVM), lançou o podcast “*Refúgio em Pauta*”. Mensalmente, o podcast discutirá a realidade e os desafios da integração da população de refugiados e solicitantes da condição de refugiados no Brasil, por meio de entrevistas com refugiados, profissionais da área humanitária, professores, pesquisadores e parceiros do ACNUR. O primeiro episódio foi sobre segurança alimentar no contexto da pandemia de COVID-19. O coordenador de campo do ACNUR em Boa Vista, Arturo de Nieves, falou sobre a resposta do ACNUR e de seus parceiros em um contexto de emergência humanitária, onde milhares de venezuelanos estão abrigados.

Garantindo que pessoas em vulnerabilidade tenham acesso a itens básicos

Distribuição de itens alimentares e não alimentares (NFIs): Em 4 de agosto, o ACNUR entregou 87 lonas de plástico na ocupação espontânea Ka'Ubanoko (Pacaraima) com o objetivo de reduzir a vulnerabilidade das pessoas vivendo no local. Com esses itens, as 886 pessoas que moram no local ficarão mais protegidas contra as fortes chuvas em Roraima.

No dia 11 de agosto, o ACNUR entregou colchões e travesseiros para a Área de Proteção e Cuidado (APC) de Boa Vista, concluindo a doação de 180 leitos para serem utilizados na Unidade de Terapia Intensiva (UTI). Ainda em Boa Vista, com o objetivo de fortalecer a capacidade local de governo e organizações, o ACNUR doou 1.000 unidades de desinfetantes à base de álcool gel e 1.000 unidades de álcool em spray para a Casa da Mulher Brasileira. Esses itens foram doados pelo grupo Boticário ao ACNUR, como uma resposta emergencial à situação da COVID-19. Além disso, o ACNUR doou 4 fardos de roupas femininas e masculinas para a Casa da Mulher Brasileira que serão distribuídos às famílias em situação de vulnerabilidade do “Baixo Rio Branco” localizado no sul do estado de Roraima, que inclui aproximadamente 300 refugiados e migrantes.



No dia 21 de agosto, o ACNUR, em coordenação com a organização parceira SJMR, doou 200 máscaras para a ATERR (Associação de Trans e Travestis do Estado de Roraima) que deverá beneficiar pessoas LGTBI+ em situação de vulnerabilidade, incluindo refugiados e migrantes.

Ao longo de agosto, os parceiros do ACNUR que cobrem os os estados ao Sul do Brasil continuaram seus esforços para responder às necessidades crescentes da população refugiada no contexto da COVID-19. Em São Paulo, a organização parceira Compassiva entregou 180 kits de higiene para mais de 700 pessoas, enquanto o

IKMR distribuiu 360 cestas básicas e 640 máscaras entre 720 beneficiários. Em Curitiba, a Caritas Paraná distribuiu 54 cestas básicas, 190 NFIs e mais de 150 peças de roupas de inverno para ajudar refugiados e migrantes a enfrentar as baixas temperaturas. No Rio de Janeiro, a Caritas Rio distribuiu 37 cestas básicas, 540 NFIs, mais de 300 máscaras e cerca de 40 kits de higiene, beneficiando mais de 1.300 pessoas; ao longo do mês, 1.551 pessoas foram atendidas por essa entidade que registrou 422 novos cadastros no mês de agosto.

Ampliando o oferecimento de assistência financeira que pode salvar vidas



Apoio financeiro – conhecido como CBI (Cash Based Intervention):

No final de agosto, o ACNUR desembolsou BRL 406.399,00 (aproximadamente USD 80.000,00) em transferências de CBI, elevando as distribuições de CBI em 2020 para BRL 2.449.476,00 (cerca de USD 480.000,00). Em 2020, 1.305 famílias foram atendidas até o momento, sendo 1.068 delas chefiadas por mulheres. No total, 4.096 pessoas já foram beneficiadas pelo programa neste ano.

Contatos:

Paola Bolognesi – Oficial de Coordenação Interagencial (bolognes@unhcr.org)

Flavia Faria – Assessora de Relações Externas (faria@unhcr.org)

Parceiros do ACNUR no Brasil:



O ACNUR Brasil agradece o apoio de todos os seus doadores incluindo:



Doadores privados do ACNUR Brasil:



O ACNUR Brasil agradece o grande apoio e parceria com todas as outras agências da ONU, autoridades brasileiras (a nível federal, estadual e municipal) e organizações da sociedade civil envolvidas na resposta de emergência e nos programas regulares da operação brasileira.